



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA  
COMISSÃO DE PREGOEIROS

**PROCESSO SEI Nº:**0049940-79.2019.6.05.8000

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº:** 33/2020

**OBJETO:** Contratação dos Serviços de Impressão Corporativa (outsourcing),

**ASSUNTO:** Manifestação impugnação aos termos do edital de licitação

**IMPETRANTE:** Simpress Comércio, Locação e Serviços Ltda

Trata-se de peça impugnatória impetrada por empresa interessada em participar do certame em epígrafe, doravante denominada impugnante, recebida por este Pregoeiro em 24/06/2020, via e-mail institucional, cujo objeto é Contratação de empresa para prestar os serviços de impressão corporativa (outsourcing).

## 1. DA SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

Questiona, resumidamente, a impugnante o prazo constante do subitem 3.5.3. do Termo de Referência – Anexo I do Edital que assim dispõe:

*3.5.3. No prazo máximo de 8 (oito) dias corridos contados a partir do recebimento da solicitação do pregoeiro, a licitante deverá providenciar a instalação dos equipamentos e dos softwares de gerenciamento/bilhetagem em servidor de rede próprio a ser instalada na Sede deste Tribunal para comprovação dos requisitos solicitados com base no Termo de Referência.*

A impugnante, que tem sua sede no Estado de São Paulo, argumenta que o referido prazo prejudica as empresas que não têm sede ou filial em cidades próximas à sede deste Regional, que, por conta disso, não teria como cumprir com essa obrigação, notadamente neste período de pandemia que o mundo atravessa.

Ademais, continua argumentando a impugnante, que o fornecimento de prospectos supriria a disponibilização do equipamento para testes neste Regional.

Por considerar que o referido prazo privilegia as empresas que têm sede ou filial em locais próximos a este Tribunal Regional, em detrimento das demais, bem como que tal exigência afastaria um número potencial de propensos fornecedores, a impugnante solicita que seja excluída tal exigência ou que o referido prazo seja alterado para 40 (quarenta) dias.

## **2. DA ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO**

Por se tratar de questões relacionadas a composição do Termo de Referência, este Pregoeiro solicitou manifestação da equipe técnica demandante deste Regional, a qual se manifestou da seguinte forma:

*“Em atenção ao pedido de impugnação formulado pela empresa SIMPRESS, documento 0750872, esclareço que concordamos com a manifestação do Pregoeiro no documento 0750933 e sugerimos a dilatação do prazo para 30 (trinta) dias.”*

## **3. DO EMBASAMENTO LEGAL**

A Impugnação de um edital de licitação só ocorre quando o Princípio da Igualdade é contrariado por meio de exigências de marca, domicílio do licitante e demais exigências que afastem a competitividade do certame de Licitação, devendo o ato de impugnar um Edital de Licitação ser motivado, por escrito e direcionado ao Presidente da Comissão de Licitação ou no caso de Pregão ao Pregoeiro.

Quanto ao pólo ativo da demanda, qualquer cidadão é parte legítima para impugnar um edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/1993, e, em se tratando da modalidade de Pregão Eletrônico, em conformidade com o art. 24 do Decreto nº 10.024/2019, o prazo para protocolar perante o pregoeiro o pedido é de até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

Ao pregoeiro, consubstanciado pelas manifestações dos responsáveis pela elaboração do edital e dos seus anexos, bem como dos titulares da unidade demandante da Administração, caberá decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da mesma.

No caso de acolhimento ao pedido de impugnação contra o edital, a Administração definirá e publicará nova data para realização do certame licitatório.

#### **4 – DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto, após subsidiado pela equipe técnica demandante deste Regional, este Pregoeiro decide acolher a presente peça por ser tempestiva, para, no mérito manifestar-se pela PROCEDÊNCIA.

Ademais, há de se observar o disposto no art. 21, § 4º da Lei nº 8.666/93, que assim determina:

*Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez:*

*§4º- Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.*

Era o que havia para manifestação.

Buerarema-Ba, 26 de junho de 2020.

Athiê Marcos Assis Ramos

Pregoeiro

